



A HORA ATIVIDADE COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Cristhyane Ramos Haddad - UTP

Daniel Vieira da Silva – UTP

Resumo:

O presente artigo pretende mostrar que o trabalho no sistema capitalista assume a forma de trabalho alienado, na medida em que o homem perde o domínio sobre o processo de produção de sua vida material. A posição que se defende é a de que o trabalho necessita assumir outra dimensão e desta forma promover a humanização das relações. A escola inserida na sociedade capitalista tem reproduzido em seu trabalho pedagógico a fragmentação entre o ato de pensar e o de executar, entre a atividade intelectual e a manual, perpetuando a divisão da sociedade em classes sociais. A formação e o trabalho do professor também têm sofrido os impactos deste modelo, na medida em que tem ocorrido de forma aligeirada e barateada, trazendo conseqüências para o processo do ensino aprendizagem na escola pública. Neste sentido, afirma-se que a hora atividade pode representar um espaço de contradição dentro da escola, se for tomada como formação continuada dos professores possibilitando desta forma a emancipação do trabalho do professor através da leitura, estudo e discussões coletivas a partir dos problemas encontrados no processo pedagógico.

Palavras – Chave: hora atividade, formação continuada, educação básica.

O processo de degradação do trabalho na sociedade capitalista.

O trabalho é o modo pelo qual o homem começa a produzir o mundo para si e as condições de que precisa para viver. O processo de hominização depende da produção da existência, pois ao transformar a natureza pelo trabalho o homem transforma a si mesmo, mas esta ação nunca é individual, é sempre social. A historicidade necessita ser compreendida em correspondência com a situação objetiva que a gera no processo social da produção dos bens humanos (PINTO, 1979).

No processo histórico Marx (1996) constata que o trabalho pode adquirir duas dimensões: como processo de alienação do trabalhador ou de humanização. O trabalho como alienação está ligado à sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e sob a divisão do trabalho em material e espiritual (ou intelectual).

Com a divisão do trabalho, fica dada a possibilidade, mais ainda, a realidade, de que a atividade espiritual e a material- a fruição e o trabalho, a produção e o consumo-

caibam a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não entrarem esses elementos em contradição reside unicamente no fato de que a divisão do trabalho seja novamente superada (MARX, 1996,p.45)

Com a divisão do trabalho dá-se ao mesmo tempo a distribuição, e com efeito a distribuição desigual, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; ou seja, a propriedade (MARX, 1996,p.46)

Esta divisão do trabalho produz a divisão dos homens em diferentes classes sociais, ou seja, os que detêm os meios de produção material (classe dominante) e os que apenas possuem sua força de trabalho para vender e manter a sua subsistência material (classe dos trabalhadores). Cada uma destas classes tem seus interesses particulares: a classe dominante de manter-se no poder através de sua hegemonia, e a classe dominada a de reverter a situação de dominação. Para garantir a hegemonia, a classe dominante produz uma ideologia e transforma as suas ideias como fruto do interesse comum de todos.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação (MARX, 1996,p.72).

O trabalho na perspectiva da humanização promove a emancipação do homem à medida que este processo é um ato de autocriação, ou seja, trabalho material e intelectual estão associados, o produto não está separado do produtor como ocorre no processo de alienação. Neste processo a consciência do homem vai sendo construída nas relações sociais e materiais da produção da vida.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX, 1996, p.27).

No processo de produção da vida material os homens utilizam os instrumentos de trabalho que dispõem para a satisfação de suas necessidades. Este homem é um sujeito real, fruto de condições históricas e sociais, e para compreendê-lo é necessário partir da análise da realidade concreta em sua historicidade e totalidade.

O mundo real é produto das relações sociais, mas este mundo apresenta-se, inicialmente, na sua pseudoconcreticidade, de forma que o mundo real é apreendido pelo pensamento de modo parcial. A realidade não se apresenta aos homens numa primeira vista, o

senso comum a ela correspondente não proporciona a compreensão da coisa e da realidade. O mundo que se apresenta na práxis fetichizada não é o mundo real, é o mundo da aparência.

No desvendamento da realidade, tenta-se captar o movimento da coisa (objeto a ser investigado) na coisa em movimento, o que exige a captação das relações existentes na realidade social dos homens. Ou seja, a realidade não é mais naturalizada, mas historicizada, ao ser considerada como produto da práxis humana. Captar o fenômeno significa indagar e descrever como ele se manifesta no seu movimento, ao longo da história (KOSIK, 1976).

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a coisa em si e, sistematicamente, se pergunta como é possível chegar a compreensão da realidade. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real (KOSIK, 1976).

O mundo real não é, portanto, um mundo de objetos reais fixados, é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social. A destruição da pseudoconcreticidade se efetua como crítica revolucionária da práxis da humanidade com o processo de humanização do homem (KOSIK, 1976).

Marx (1996) ressalta que os homens, ao desenvolverem sua produção material, transformam sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre do processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (MARX, 1996,p.37).

O conhecimento da realidade significa compreender a totalidade dos determinantes que compõe um todo estruturado e dialético, no qual o fenômeno pode ser compreendido. Para a visão dialética todas as coisas e inclusive o homem estão em processo de transformação. Só é possível compreender a realidade interpretando-a não como situação estática, mas em permanente alteração. A contradição desempenha a função explicativa e interpretativa do próprio movimento do real. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição (PINTO, 1979).

Essa luta dos contrários se dá em condições objetivas, nas relações de produção que se estabelecem no trabalho entre os detentores dos meios de produção, e aqueles que se veem obrigados a vender sua força de trabalho. A categoria da contradição é a base do método dialético, já a categoria totalidade justifica-se enquanto o homem não busca apenas uma

compreensão particular do real, mas pretende uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos. A totalidade só pode ser compreendida nas contradições, isto quer dizer que o conhecimento do real só pode ocorrer quando se conhece a dimensão social e histórica, e o homem passa a ser entendido como sujeito objetivo, histórico e social. A totalidade é a criação da produção social do homem (KOSIK, 1976).

O homem é um ser social que age, pensa, sente como um sujeito social. O homem é, antes de tudo, aquilo que o seu mundo é. A realidade em que vive e a forma como se relaciona com os outros homens determina a sua consciência e interfere no modo de interpretar a sua própria existência. É preciso considerar o homem dentro do processo de produção e reprodução da própria vida social para compreender a constituição de sua consciência. O sujeito só conhece o mundo na proporção em que nele intervém ativamente, e só conhece a si mesmo mediante uma ativa transformação do mundo (KOSIK, 1976).

A realidade é um complexo conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na produção da existência da vida, o problema reside na forma em que os bens materiais são distribuídos. A dialética materialista concentra a atenção no processo do trabalho pelo qual o sujeito concreto produz e reproduz a sua existência, ou seja, é pelo trabalho que o homem se objetiva e transforma a realidade e a si mesmo (KOSIK, 1976).

O Marxismo foi a primeira corrente de pensamento a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a desmascarar as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo. A classe dominante cria e forma as visões sociais de mundo através da superestrutura, estas são sistematizadas e desenvolvidas por seus representantes políticos.

É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória e sobretudo, baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre os quais há uma que domina todas as outras (MARX, 1996, p.48)

Toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar o seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento (MARX, 1996, p.49).

Marx analisa uma forma específica historicamente dada na produção, o capitalismo, e conclui que este sistema se reproduz em proporções cada vez mais vastas de exploração do

trabalho alheio, do produto sobre o produtor, do objeto sobre o sujeito, configurando num processo de alienação.

As forças produtivas aparecem como inteiramente independentes e separadas dos indivíduos. A única relação que os indivíduos ainda mantêm com as forças produtivas e com a própria existência- o trabalho- perdeu para eles toda aparência de auto-atividade e só conserva sua vida atrofiando-a (MARX, 1996, p.104).

A ideologia dominante tenta garantir, mediante um discurso homogêneo, a divisão social do trabalho. A hegemonia é a capacidade de direção cultural e ideológica que é apropriada por uma classe, portanto, a hegemonia da classe dominante tem sido garantida pela ideologia por ela criada e difundida. Essa formação da ideologia que o sistema capitalista exerce tem como objetivo assegurar sua exploração através dos meios econômicos. A dominação para os dominadores precisa ser mantida, para os dominados deve ser superada.

Finalmente, a divisão do trabalho nos oferece, desde logo, o primeiro exemplo do seguinte fato: desde que os homens se encontram numa sociedade natural e também desde que há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, desde que por conseguinte, a atividade está dividida não voluntariamente, mas de modo natural, a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjulga ao invés de ser por ele dominado. Com efeito, desde o instante em que o trabalho começa a ser distribuído, cada um, dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair (MARX, 1996, p.47).

Este poder estranho que Marx faz referência é produto de um processo de alienação que separa o homem do produto de seu trabalho. O trabalhador se converte em um escravo do objeto, pois quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, menos valioso ele se torna.

Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente confrateiro. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades (MARX, 1844, p.5).

A divisão do trabalho entre material e intelectual também está presente na escola, o que tem produzido uma fragmentação entre a teoria e a prática pedagógica, processo este que tem levado a uma alienação do trabalho do professor. Marx aponta a exigência de uma práxis

educativa que promova a reintegração no homem da atividade de pensar e executar, do trabalho manual e intelectual. A omnilateralidade, representa o desenvolvimento total, completo do homem “a onilateralidade é a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que deve-se considerar o gozo dos bens espirituais e materiais” (MANACORDA, 2007, p. 89).

Neste sentido o trabalho apresenta-se ao homem não mais como trabalho alienado, mas como atividade autorrealizadora, como processo de autocriação. Ocorrendo da mesma forma com o trabalho do professor, quando este assume a dimensão da totalidade na qual o ato de planejar e o de executar, apresenta-se de forma indissociável. Tal emancipação só é possível pela apropriação do conhecimento e desta forma a formação inicial e continuada do professor assumem uma condição fundamental para o processo de superação das condições de alienação.

A educação, nesse sentido, apresenta um papel fundamental, pois, segundo Pinto (1979), ela não se limita à comunicação do saber formal, esta comunicação é indispensável. Porém, por meio da educação é possível a mudança das condições que alienam o homem. O homem que adquire o saber passa a ver o mundo de forma diferente, como um agente transformador da realidade.

O professor dotado de consciência crítica compreende a sua tarefa no combate a todas as formas de alienação que afetam a sociedade, pois somente a educação não alienada pode promover a luta pela transformação da vida do homem.

A hora atividade como espaço de formação continuada e de discussão coletiva dos problemas pedagógicos pode promover a superação das formas alienadas do pensamento através das leituras e estudos numa perspectiva crítica, promovendo a tomada de consciência do professor sobre seu trabalho e, conseqüentemente, o resgate do sentido numa perspectiva de formação humana. Neste sentido a hora atividade pode promover a transformação através da humanização do trabalho do professor de forma que este profissional passe a assumir o compromisso político com a classe trabalhadora, através da garantia da competência técnica em seu trabalho.

O pedagogo é o mediador na interação com professores na hora atividade e deve estar atento, observando os problemas e dificuldades que se apresentam no processo pedagógico para que, no coletivo, possam ser pensadas ações que conduzam a equacionar os problemas da escola. A hora atividade constitui-se em espaço de interação entre pedagogo e professores e, desta forma, propicia o momento de discussão e mediação às questões pedagógicas.

Na estrutura da sociedade em que vivemos, a qual é marcada pela divisão social de classes, a grande maioria dos indivíduos acaba por não ter acesso aos bens socialmente produzidos. O mesmo ocorre com o professor que tem recebido uma formação aligeirada e barateada que não lhe dá possibilidades de dar um salto qualitativo em seu trabalho, de forma a garantir a apropriação dos conhecimentos sistematizados à classe trabalhadora.

É preciso compreender os motivos pelos quais a formação dos professores assumiu as características que hoje se apresentam, ou seja, é preciso considerar a lógica que está por detrás desta formação, o que se pretende, onde se quer chegar. É preciso se perguntar que tipo de professores estão sendo formados para o trabalho com as classes trabalhadoras: professores com uma sólida formação ou com uma formação aligeirada, que não lhe dê possibilidades de refletir sobre seu trabalho e transformá-lo?

Com relação a hora atividade também é necessário questionar se este espaço tem se efetivado como espaço de formação continuada, possibilitando ao professor, através da teoria, responder seus problemas da prática pedagógica, ou se esta tem ficado esvaziada do embasamento teórico norteador da ação e, desta forma, impossibilitando um avanço da prática pedagógica num sentido transformador.

A ideologia dominante pretende a manutenção das relações de poder colocadas à sociedade. Para transformação desta situação é necessário trabalhar a consciência da classe trabalhadora, instrumentalizando-a para a modificação dessa dominação e opressão. Os professores desempenham papel fundamental neste processo, pois pelo trabalho que irão realizar com seus alunos podem colaborar para a manutenção ou transformação da realidade. No entanto, se este professor não estiver bem preparado, ou seja, com uma formação que lhe permita superar a fragmentação e alienação impostas ao seu trabalho pela sociedade capitalista, ele não terá condições de fazê-lo. É preciso garantir uma formação adequada que lhe possibilite o domínio dos conteúdos de sua disciplina, das formas adequadas de transmissão deste conteúdo (formação pedagógica) e um compromisso político com os interesses da classe trabalhadora.

A hora atividade neste sentido se apresenta como um espaço de contradição dentro da escola capitalista, pois pela mediação entre pedagogo e professores, através da associação entre a teoria e a prática, é possível desmascarar tal ideologia e direcionar o trabalho no sentido do real significado da atividade do professor. A tomada de consciência do professor da real situação lhe dará possibilidades de refletir sobre seu trabalho e buscar um novo sentido para sua ação pedagógica, voltada ao compromisso com a apropriação dos conhecimentos sistematizados pelos alunos das classes trabalhadoras.

São os homens os produtores das suas representações, das suas idéias, etc., mas os homens reais, ativos, condicionados por um desenvolvimento das suas forças produtivas e das relações a elas correspondentes, incluindo as formas mais largas que estas podem tomar. A consciência não pode ser senão o Ser consciente, e o Ser consciente dos homens é o seu processo de vida real (MARX, 1971, p.28)

A educação como mediação funciona tanto para a afloração da consciência, como para impedi-la, difundi-la e desarticulá-la. O professor, o pedagogo e o diretor da escola, como responsáveis pelo trabalho que está sendo realizado na escola podem, estar a serviço do projeto hegemônico existente, como também podem aliar-se à ação transformadora do real à medida que desenvolve a sua tarefa básica que é a de tornar homogênea e autônoma a concepção de mundo da classe trabalhadora (CURY, 1984).

Partindo destas considerações decidiu-se realizar uma pesquisa com os pedagogos de dez escolas da rede estadual de ensino do Paraná com o objetivo de investigar se a hora atividade tem se constituído em espaço de formação continuada nas escolas, a seguir apresenta-se os resultados constatados.

A hora atividade como espaço de formação continuada e o processo pedagógico.

A hora atividade nas escolas da rede estadual de ensino do Paraná segundo aspectos legais (Lei nº 13.807 e Instrução nº 02/2004 – SUED) deve configurar-se em duas dimensões, a primeira como trabalho individual do professor, através da realização do planejamento das aulas e da elaboração e correção das avaliações dos alunos; e a segunda como trabalho coletivo através da leitura, estudo e discussões sobre o processo pedagógico. No entanto, a segunda dimensão, a da leitura e do estudo coletivo mediada pelo pedagogo escolar tem sido secundarizada nas escolas. O pedagogo segundo as legislações citadas acima é o profissional responsável pela organização da hora atividade.

Dentre os fatores que colaboram para esta secundarização está o fato de que o pedagogo escolar, que deveria ter como prioridade a gestão pedagógica, acaba assumindo funções que não são de sua responsabilidade na escola, como por exemplo, o envolvimento em problemas de indisciplina dos alunos, que seriam resolvidos com a contratação e capacitação de funcionários responsáveis por esta função nas escolas. As faltas dos professores e a falta de professores também foi outro fator citado pelos pedagogos como um dos fatores que toma o seu tempo e o desvia de seu foco que é o acompanhamento do trabalho

pedagógico. As discussões relativas ao planejamento do ensino e a organização dos momentos de leituras e estudos acabam por ficar secundarizadas.

Além destas questões foi apontado ainda pelos pedagogos a burocratização do trabalho através do preenchimento de fichas e relatórios que o leva a dispor de tempo de seu trabalho para tais funções e que também colaborado para o trabalho pedagógico ser secundarizado.

Em relação a organização da hora atividade como espaço de formação tendo o pedagogo como articulador deste processo, as respostas dos entrevistados nesta pesquisa evidenciou uma preocupação com a formação que o pedagogo tem recebido e que o tem levado a encontrar dificuldades na organização da gestão pedagógica das escolas.

A formação inicial que o professor vem recebendo também foi outro ponto de destaque no relato dos pedagogos que apontam como fator que tem trazido impactos ao processo pedagógico. Os pedagogos percebem insuficiências na formação dos professores relacionadas principalmente a sua formação pedagógica, ou seja, ao conhecimento das questões didáticas que permitiriam ao professor pensar na seleção das estratégias metodológicas mais adequadas para a apresentação de um determinado conteúdo.

Neste sentido é que afirma-se que é preciso repensar a atual política de formação de professores a qual tem supervalorizado a formação em serviço e adotado uma postura de descompromisso com a formação inicial dos professores, através da oferta de cursos aligeirados e barateados, para atender a necessidade da ampliação do número de professores da educação básica tendo em vista a expansão do número de matrículas dos alunos nas escolas públicas. A política de formação comprometida com a emancipação do trabalho do professor deve priorizar a formação inicial e a continuada.

Dentre estas políticas é possível citar as orientações dadas pela LDB 9394/96 a qual passou a exigir que todos os professores da educação básica tivessem até 2007 formação em nível superior. Este fato levou a criação dos Institutos Superiores de Educação e do curso Normal Superior, destinado aos professores que atuavam na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Assim, ocorreu a proliferação dos cursos na modalidade à distância e a formação do professor foi deslocada desta forma do campo da teoria para o campo da prática.

Tais políticas de formação de professores correspondem a lógica do capital nas quais o professor deve ser treinado para atender as necessidades do mercado de trabalho, priorizando o desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com as idéias apregoadas pela sociedade do conhecimento. A ênfase está na preocupação com a experiência pessoal e o saber teórico é desvalorizado.

A crítica assumida neste trabalho a estas políticas funda-se no fato de que a formação do professor baseada na prática torna-se esvaziada e descontextualizada, pois a teoria torna-se fundamental para responder aos problemas que se apresentam na prática pedagógica. Defende-se, portanto uma formação omnilateral, ou integral que promova a indissociabilidade entre a teoria e a prática.

A Associação Nacional de Formação de Professores na defesa de uma formação e valorização do magistério, aponta que a política pública deve contemplar a formação inicial e continuada dos professores de uma base sólida de conhecimentos, bem como propiciar condições de trabalho nas escolas e salários dignos. Aponta-se ainda que a formação inicial dos professores ocorra em nível presencial e que sejam estabelecidos parâmetros para avaliar a qualidade do ensino ofertado.

A formação inicial do professor necessita abranger o conteúdo da disciplina que o professor irá ministrar as aulas como também a formação didática, que diz respeito a forma de apresentação do conteúdo ao aluno, e a formação pedagógica que abrange os fundamentos da educação.

Para Saviani (1985) o papel do pedagogo necessita estar voltado para a gestão pedagógica e para a organização do trabalho pedagógico, neste sentido é que se afirma que a mediação deste profissional junto ao professor torna-se fundamental na hora atividade. O pedagogo sempre que necessário deve sugerir diferentes estratégias metodológicas que possibilitem ao professor redimensionar seu trabalho com o objetivo de garantir ao aluno em sala de aula a apropriação do conhecimento.

Na pesquisa constatou-se que o pedagogo no que diz respeito à organização do trabalho pedagógico consegue realizar esta discussão na hora atividade, o que representa um avanço para o processo pedagógico, no entanto, a maior dificuldade estaria no distanciamento entre o que se planeja e o que de fato se realiza em sala de aula.

Quanto a organização do espaço da hora atividade para a realização de estudos, os pedagogos relataram que dificilmente isto ocorre. A leitura e os estudos acabam ocorrendo em outros momentos como em reuniões pedagógicas ou nas semanas pedagógicas que se efetivam em períodos definidos no calendário escolar.

Tal fato necessita ser repensado nas escolas por todo o coletivo escolar, pois o processo pedagógico necessita ser constantemente discutido e para que isto possa ocorrer torna-se fundamental a mediação da teoria. No entanto, segundo relato dos pedagogos verifica-se que há resistência por parte de alguns professores na realização dos estudos na hora atividade, por entenderem este espaço como realização de atividades práticas inerentes à

sua função. Justificam que a carga horária destinada a hora atividade (atualmente 20% - vinte por cento) é insuficiente para a realização de suas atividades e que muitas vezes necessitam levar trabalho para casa para dar conta de seus compromissos.

A hora atividade foi uma conquista dos professores que desde a década de 1980 era pauta de reivindicação junto ao governo do estado. Pelo decreto nº 3749 ficou estabelecido o percentual de 10% (dez por cento) para hora atividade do professor. Pela aprovação da Lei 13.087/2002 o percentual da hora atividade foi aumentado para 20% (vinte por cento), ocorrendo sua implantação em 2003.

A ampliação do percentual da hora atividade sempre foi uma antiga reivindicação dos professores e desde a assinatura da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) – Lei 11.738 em 2008 pelo presidente Luíz Inácio Lula da Silva os professores lutam pela instituição dos 33% (trinta e três por cento) de hora atividade. A referida lei determina que 2/3 (dois terços) da carga horária do professor deve ser destinada ao trabalho em sala de aula com os alunos e que 1/3 (um terço) será utilizada para atividades de planejamento, avaliação e estudos na hora atividade.

No entanto um grupo de governadores entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da lei do piso e somente em 2011 o Supremo Tribunal Federal ao julgar tal ação concluíram que a mesma não procedia e que portanto a lei do piso era constitucional. Em 2011 foi então publicado o Acórdão do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da lei do piso do magistério o que leva a necessidade de sua aplicação imediata.

A ampliação da hora atividade é um dos fatores principais para a promoção e valorização do trabalho do professor, no entanto torna-se fundamental que a equipe escolar reúna-se para discutir a importância da utilização do espaço da hora atividade para momentos de realização de estudos quando estes se fizerem necessários para a promoção de um trabalho pedagógico de qualidade.

É importante destacar que estes momentos de estudos não serão realizados a todo momento, pois entende-se a importância da realização das atividades práticas inerentes a função do professor, e sabe-se que tal espaço foi uma conquista da categoria, já que nem sempre o professor teve assegurado este direito em sua carga horária semanal obrigando-o a levar tarefas para serem realizadas em casa. Mas na medida em que o grupo sentir a necessidade de buscar o aprofundamento teórico sobre questões que surgirem no dia a dia da escola torna-se necessário utilizar também a hora atividade como espaço de formação continuada.

Pode-se citar como exemplo a questão da avaliação da aprendizagem, ou a questão da inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas. Tais questões representam um desafio dentro da escola pública e à medida que as dúvidas e dificuldades surgirem ao longo do processo o pedagogo como profissional responsável pela organização da hora atividade necessita buscar meios de promover a superação de tais problemas.

É neste sentido que se afirma que a hora atividade é um espaço dentro da escola pública de formação continuada, e que o norte de tal formação será orientado pelo Projeto Político Pedagógico da escola. Tal documento expressa a concepção de trabalho que será seguida e desta forma para a elaboração do Plano de Trabalho Docente o professor deverá tomar conhecimento do seu conteúdo bem como da Proposta Pedagógica Curricular, na qual a escola definirá os conteúdos das disciplinas de ensino a serem trabalhadas, que por sua vez tem como norte as Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná.

Outro fato de destaque foi sobre a organização da hora atividade concentrada, segundo a Instrução nº02/2004 – SUED Superintendência da Educação do estado do Paraná orienta que a organização da hora atividade priorize o trabalho coletivo dos professores que atuam na mesma área do conhecimento; ou o coletivo dos professores que atuam na mesma turma, série, etapa do ciclo ou anos; ou ainda a formação de grupos de professores para o planejamento e enfrentamento dos problemas.

Constatou-se na pesquisa que embora as escolas procurem organizar a hora atividade de forma a concentrar os professores de uma mesma disciplina de ensino isto não tem sido possível devido a dificuldade de conciliar a atividade com os horários dos professores, pois o professor para fechar sua carga horária semanal precisa pegar aulas em diferentes escolas. Tal fato denota uma dificuldade de organizar o trabalho de forma coletiva na hora atividade, pois raramente se consegue concentrar os professores de uma mesma disciplina.

Torna-se ainda importante destacar que embora assumam-se neste trabalho a hora atividade como espaço de formação continuada não se está com isto a excluir a necessidade de uma política de formação continuada de professores sob a responsabilidade do Estado. A hora atividade é importante momento para se discutir o processo pedagógico e buscar a solução aos problemas tendo a teoria como referencial norteador, no entanto, há sim a necessidade de outros momentos de formação continuada que possibilitem o aprimoramento do trabalho do professor.

Neste sentido pode-se citar os demais modelos de formação continuada de professores proposto pela rede estadual de ensino do Paraná na gestão de 2003 a 2010. As Semanas Pedagógicas realizadas desde 2004 promoveram estudos e discussões nas escolas estaduais de

ensino sobre o planejamento do ensino, a organização do trabalho pedagógico das escolas e sobre o Projeto Político Pedagógico. Da mesma forma os Grupos de Estudos realizados aos sábados possibilitava a realização de leituras, estudos e discussões sobre o processo pedagógico. O PDE/PR instituído em 2006 pelo Decreto 448 é uma das mais importantes políticas de formação continuada da rede estadual de ensino e que permite ao professor o afastamento para a realização de estudos, permitindo a passagem na carreira do nível I ao nível II. O Grupo de Trabalho em Rede (GTR) possibilita a integração do professor PDE e dos professores da rede através da plataforma moodle. As Jornadas Pedagógicas, formação destinada aos pedagogos das escolas com o objetivo de auxiliá-los nos problemas enfrentados na organização do trabalho pedagógico das escolas e que contava com uma fundamentação teórico crítica. Além das formações através do DEB (Departamento de Educação Básica) Itinerante e do Núcleo Itinerante voltados a construção e ao estudo das Diretrizes Curriculares Estaduais. Todas estas formações sempre demonstraram um compromisso com a construção de uma escola pública de qualidade na medida em que propiciaram o aprofundamento teórico e metodológico de qualidade através da seleção dos textos com autores progressistas com embasamento teórico que possibilitasse o redimensionamento da prática pedagógica.

Conclusões:

Embora a hora atividade não se constitua atualmente nas escolas como espaço de formação continuada os pedagogos destacaram que a hora atividade poderá vir a se constituir neste espaço, para isto apontam algumas condições e dentre estes fatores estaria a escolha adequada de textos que venham de acordo com as necessidades da escola e com o compromisso com o trabalho de qualidade da escola pública. Um segundo aspecto destacado é a importância da gestão da escola ter como foco a priorização do processo pedagógico. Um terceiro aspecto está relacionado com as políticas públicas voltadas a valorização do trabalho do professor e com as condições adequadas de trabalho nas escolas. Neste sentido é que afirma-se que a hora atividade poderá contribuir para a emancipação do trabalho do professor e para um processo de ensino aprendizagem comprometido com a apropriação do conhecimento pelo aluno da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

CURY, Carlos R. J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo** 4ª edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2007

MARX, K.& ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (I Fuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 10ªed. Editora Hucitec, S.P.,1996.

MARX, K; ENGELS, F. **Antologia Filosófica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

MARX, K. **Uma contribuição para a crítica da economia política**. 1859. Disponível em <http://www.marxists.org>, Acesso em 23/03/2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**.1844. Disponível em <http://www.marxists.org>. Acesso em 23/03/2011.

PINTO, A.V. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**-4ª edição- Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1994.

SAVIANI, D. **O sentido da pedagogia e o papel do pedagogo**. Revista ANDE, S.P., nº 9, 1985.